

## INTERVENÇÕES PSICOEDUCACIONAIS SOBRE O AUTISMO NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

**Esther de Sousa Vieira (esthersvieira@gmail.com)**

Aluna do curso de psicologia da FAACZ

**Elizabeth Gava de Souza Dellateri Penna**

Aluna do curso de psicologia da FAACZ

**Jennefer Vicente dos Santos**

Aluna do curso de psicologia da FAACZ

**Kelly dos Santos Reis Terceiro**

Aluna do curso de psicologia da FAACZ

**Marília André do Nascimento**

Aluna do curso de psicologia da FAACZ

**Danielle Guss Andrade (danielle@fsjb.edu.br)**

Professora da FAACZ

### RESUMO

É de suma importância o diagnóstico e o tratamento precoces do autismo, bem como do envolvimento tanto das necessidades da criança como as da família, além da atuação da escola como espaço de aprendizagem e desenvolvimento de competência social. O presente trabalho, tem como objetivo a análise das ações efetivas em relação ao aluno autista na rede municipal de ensino de Aracruz. A primeira parte da Metodologia consistiu na pesquisa documental e bibliográfica, apresentando textos teóricos a respeito do TEA, análise de artigos científicos, livros e pesquisas já realizados sobre o tema. Para compressão da realidade, na segunda parte, foi aplicado um questionário para levantar informações e aprofundar temas relevantes. A amostra é caracterizada pelo serviço especializado em Educação Especial na rede municipal de ensino. O Setor de Educação Especial está baseado nas diretrizes e na legislação vigente, é bem estruturado, mas apresenta pontos a serem melhorados, em especial no que se refere a pré- formação dos professores regentes, e quanto ao acompanhamento qualitativo dos alunos TEA. A rede Municipal de Ensino de Aracruz conta com um setor de Educação Especial estruturado e atualizado a respeito dos direitos e garantias inerentes aos alunos com deficiências, seguindo a legislação nacional para a Educação Especial. Tendo apenas que aperfeiçoar o sistema com a criação de uma rede de acompanhamento tanto dos alunos público alvo, quanto de suporte e orientação dos professores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista, Intervenções psicoeducacionais, Educação especial, Inclusão escolar.

### 1 – INTRODUÇÃO

O conceito de transtornos no TEA (Transtorno do Espectro Autista), inclui o autismo, a síndrome de Asperger e os transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação. Sendo autismo definido como um distúrbio invasivo do desenvolvimento, tendo como características o prejuízo severo na socialização, prejuízos qualitativos na comunicação e comportamentos repetitivos e estereotipados (MACHADO et al., 2014).

O diagnóstico para esses transtornos é basicamente clínico e através de observações sobre o comportamento, e para isto escalas e instrumentos de triagem e avaliação padronizados vêm se demonstrando como ferramentas úteis e necessárias (MACHADO et al., 2014), sendo um dos elementos essenciais para se obter um melhor prognóstico, em termos de desenvolvimento, o diagnóstico precoce. (LE MOS; SALOMÃO; AGRIPINO-RAMOS, 2014).

Ao passo que também, é primordial o encaminhamento precoce para o tratamento, pois os resultados são melhores quando este começa o mais cedo possível. Os tratamentos mais utilizados são da linha

comportamental: ABA (Análise Aplicada do Comportamento), TEACH (Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com Distúrbios Correlatos da Comunicação (SCHWARTZMAN, 2020), e PECS (Sistema de Comunicação Através da Troca de Figuras). Todavia para se definir qual recurso usar, é indispensável uma equipe multidisciplinar para fazer uma análise comportamental buscando descobrir sobre a criança em particular, pois cada autista apresenta suas limitações, qualidades e desafios, devendo ser respeitadas as particularidades de cada paciente (SETÚBAL, 2020).

Além disso, a interação social é significativa para o desenvolvimento humano, e os aspectos sociais da interação são relevantes para o processo de aquisição da linguagem, sendo o desenvolvimento da comunicação interacional. Logo, devem ser usados métodos pedagógicos e psicológicos para se obter avanços na intervenção terapêutica, objetivando melhor socialização e desenvolvimento geral da criança (LEMONS; SALOMÃO; AGRIPINO-RAMOS, 2014).

Por consequência, destaca-se o ambiente escolar como um dos espaços que aprimoram o desenvolvimento infantil, não só pela oportunidade de convivência, mas também pelas intervenções pedagógicas, cujas mediações favorecem diversas habilidades nas crianças, ou seja, o contexto escolar oportuniza contatos sociais, sendo de extrema importância para o desenvolvimento da criança autista (LEMONS; SALOMÃO; AGRIPINO-RAMOS, 2014).

Diante isto, destaca-se a necessidade de analisar as interações sociais no contexto escolar, investigando a participação das crianças autistas e verificando a mediação das professoras, dos métodos pedagógicos e psicológicos usados, e observar a mediação do adulto respeitando as particularidades de cada criança. Torna-se de grande relevância para elaboração de estratégias que favoreçam a interação social e o processo de inclusão social, compreender a interação das crianças com as pessoas em espaços escolares.

## **2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERENCIAL TEÓRICO**

### **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Com as contribuições dos crescentes trabalhos acerca do tema e o marco da definição de Rutter, em 1980, o autismo foi reconhecido e constituído como uma nova classe de transtornos, os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs), termo escolhido por representar as múltiplas áreas de funcionamento afetadas no autismo e condições relacionadas a ele, sendo este adotado pela décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10) (KLIN, 2006).

Atualmente, designam-se como transtornos do espectro do autismo (TEA) (BRASIL, 2014), uma parte dos transtornos globais (ou invasivos) de desenvolvimento (TGD), o autismo, a síndrome de Asperger e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação.

No Brasil, são inexistentes dados oficiais sobre pessoas com TEA, e somente em 2019 foi sancionada a Lei 13.861/2019, que inclui nos censos demográficos as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista, cujo objetivo é guiar políticas públicas para o autismo (SENADO, 2019).

No geral, são características do transtorno do espectro autista: prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses ou atividades. Estes se apresentam desde o início da infância, interferem no funcionamento diário, e variam muito dependendo da gravidade do autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica (ASSOCIATION, 2014).

O TEA pode ser classificado conforme o grau de dependência ou necessidade de suporte, podendo-se considerar: Autismo leve, moderado ou severo. Dessa forma, a classificação ocorre em níveis: primeiro nível, a criança precisa de apoio, no segundo nível, há a necessidade de um apoio substancial, e por fim, no terceiro nível há a necessidade de um apoio muito substancial. Desta forma, conforme observado, há intensificação dos níveis (CAMINHA et al., 2016).

O diagnóstico de autismo é importante para ajudar a criança e a família a garantirem os serviços necessários. Dados de boa qualidade sugerem que, com diagnóstico e intervenção precoces, as crianças com autismo estão tendo resultados cada vez melhores. Vale ressaltar que é de extrema importância que quanto antes o diagnóstico seja dado, melhor será o desenvolvimento, pois ambos apresentam certas dificuldades em suas interações social e comportamental.

Conforme Teixeira (2016), não existe medicação própria para o autismo, o que pode acontecer é que alguma medicação aja nos sintomas-alvo, ou seja, nos sintomas comportamentais que podem atrapalhar o funcionamento global da criança. Para Volkmar e Wiesner (2019), as abordagens para estabelecer a base de evidências das intervenções provêm da medicina e da psicologia, bem como de outras disciplinas.

Ademais a família da criança autista desempenha um papel fundamental não só no auxílio da detecção precoce, observando o comportamento da criança e relatando para os profissionais da saúde, mas também ao longo do seu crescimento, auxiliando no desenvolvimento comportamental e cognitivo (MISQUIATTI et al., 2015).

## INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar é um processo complexo, que envolve diversos fatores sociais (BENITEZ; DOMENICONI, 2018), que vai proporcionar ao deficiente não só o acesso físico ao ambiente escolar, mas também a práticas pedagógicas que estejam adaptadas a sua deficiência, respeitando, por via de consequência, a sua individualidade (LUZ; GOMES; LIRA, 2017).

Segundo Lemos e colaboradores (2016) quando o tema inclusão escolar volta-se aos alunos com TEA, alguns outros problemas aparecem, relacionados a falta de preparo dos profissionais, falta de conhecimento, falta de estrutura e de arcabouço pedagógico para lidar com esses alunos, bem como o estigma. Mas o mais importante tem sido a necessidade de preparo do professor, uma vez que ele é a figura que estará presente no dia-a-dia letivo do aluno.

## INTERVENÇÕES PSICOEDUCACIONAIS

As intervenções psicoeducacionais são importantes para que o tratamento do autista seja eficaz, dado a necessidade deste de uma estrutura para desenvolver uma situação de aprendizagem, ao contrário do que acontece com as demais crianças, que aprendem a estruturar seu ambiente conforme seu desenvolvimento (LEMOS; NUNES; SALOMÃO, 2020).

Sendo as técnicas educacionais mais utilizadas o TEACH (Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com Distúrbios Correlatos da Comunicação), o PECS (Sistema de Comunicação Através da Troca de Figuras) e a ABA (Análise Aplicada do Comportamento), as quais possibilitam ao paciente autista o desenvolvimento de habilidades para realização de atividades cotidianas, organização do ambiente, melhoras na interação social e diminuição de comportamentos inadequados (BOSA, 2006; BRITES, 2020).

## REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARACRUZ

Em 2012, foi criado o documento Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do município de Aracruz/2012, o qual defende pontos principais que sustentam o processo de escolarização dos alunos supracitados nas classes comuns das escolas de ensino regular, o histórico da Educação Especial na rede municipal de ensino de Aracruz, seus princípios e fundamentos, os sujeitos contemplados pela política, as ações intersetoriais para o processo de inclusão escolar, as ações organizativas da Educação Especial, as atribuições dos professores especializados, orientações quanto ao currículo, às práticas pedagógicas e os processos de avaliação da aprendizagem e os serviços de apoio à aprendizagem do estudante (CRESCENCIO, 2019).

Logo, percebe-se que a inclusão, principalmente na Rede Municipal de Ensino, do autista no município de Aracruz está em processo de estruturação e vem apresentando melhorias a cada dia, com novas formas e métodos, sendo assim é necessário identificar as dificuldades enfrentadas em relação à inclusão de alunos autistas, como também buscar cumprir o direito de aprendizagem garantido.

### **3 – METODOLOGIA DO TRABALHO**

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa básica, visto que não houve aplicação prática, de natureza observacional, posto que não foram realizadas intervenções, de abordagem qualitativa, em virtude da busca de conhecimento sobre o tema mediante descrições. Segundo os objetivos classifica-se como exploratória, visto a aproximação com o tema, posto que buscou a familiarização com os fatos. Com base nos procedimentos caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois utilizou-se de um material já elaborado e levantou documentos como base (FONTELLES et al., 2009).

A efetivação da pesquisa foi baseada em leitura de fontes bibliográficas, acrescido da coleta de dados para alcançar os objetivos. Sendo assim, foram analisados artigos científicos, livros e pesquisas já realizados sobre o tema, como também se fez necessário conhecer as políticas públicas e intervenções presentes por meio da análise de documentação existente. E como ferramenta útil para compreensão da realidade, o questionário foi aplicado para levantar informações e aprofundar temas relevantes à pesquisa, este foi entregue e respondido pelo setor de Educação Especial da Secretaria de Educação do Município de Aracruz.

### **4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante as respostas obtidas das perguntas objetivas, observou-se que o município de Aracruz conta com uma equipe específica para o setor de Educação Especial, o qual recebe orientações formalizadas em documentos, incluindo orientações que contemplam as especificidades aos alunos com TEA, as quais contribuem para as propostas pedagógicas das escolas, e também orientações quanto ao diálogo entre o professor regular e o professor de educação especial.

Logo, é possível o conhecimento individualizado e de particularidades deste aluno, através de documentos estudantis gerados em suas respectivas escolas, entretanto não há um acompanhamento, entre níveis de ensino, contínuo deste desde a educação infantil até o ensino fundamental, o que pode ocasionar a evasão escolar, visto que o acompanhamento é meramente documental.

De acordo com o respondido nas perguntas discursivas, o município de Aracruz, segundo o último levantamento em março, conta com 115 alunos com TEA matriculados. E sobre a oferta de vagas, não existem dificuldades, sendo esta compulsória e realizada na escola mais próxima à residência do estudante.

Sendo realizados encaminhamentos da Secretária de Educação, a elaboração da proposta educativa, o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais e disponibilização de profissionais de apoio, como medidas para que o aluno com TEA participe do processo pedagógico.

Ao ser questionado como o (a) servidor (a) avalia as práticas pedagógicas em relação ao trabalho com os alunos autistas, a resposta obtida foi “regular”, e esta não foi justificada nem complementada.

De acordo com as perguntas objetivas, foi reafirmado que não há formação continuada para professores regentes especificamente sobre o transtorno do espectro autista – TEA.

No que diz respeito do diálogo entre a escola e a família dos alunos com TEA, é orientado pela Secretária de Educação às escolas “que envolvam as famílias na construção da proposta educativa do aluno e do plano de atendimento educacional especializado...”.

Em relação a evasão escolar de alunos com diagnóstico de TEA, a Secretaria de Educação não possui registro. E relativo ao ensino regular, acredita-se que a inclusão em turma regular é ideal para os alunos autistas.

Observa-se um programa bem estruturado e desenvolvido pelo Setor de Educação Especial no Município de Aracruz/ES, que apresenta pontos a serem melhorados, em especial no que se refere a pré-formação dos professores regentes, e quanto ao acompanhamento qualitativo dos alunos TEA.

Para tanto, a pesquisa propõe como estratégias de atuação dos profissionais de educação com os alunos com TEA, o desenvolvimento de um acompanhamento contínuo entre níveis de ensino, e oferta de cursos de formação continuada para os professores regentes, bem como para todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem deste aluno.

## 5 – CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, conclui-se que a rede Municipal de Ensino de Aracruz, no que tange a inclusão escolar, apresenta um setor de Educação Especial estruturado e atualizado a respeito dos direitos e garantias inerentes aos alunos com deficiências, seguindo a legislação nacional para a Educação Especial. Tendo apenas que aperfeiçoar o sistema com a criação de uma rede de acompanhamento tanto dos alunos público alvo, quanto de suporte e orientação dos professores.

## 6 – REFERÊNCIAS

1. ASSOCIATION, A. P. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. v. 11.
2. BOSA, C. A. Autismo: Intervenções Psicoeducacionais. Revista Brasileira Psiquiátrica, v. 28, n. I, p. 47–53, 2006.
3. BRASIL, M. DA S. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Brasília: Departamento de Atenção Especializada e Temática, 2014.
4. BRITES, C. Autismo: Intervenções Psicoeducacionais. Disponível em: <<http://entendendoautismo.com.br/artigo/autismo-intervencoes-psicoeducacionais/>>.
5. CAMINHA, V. L. P. DOS S. et al. Autismo: Vivências e Caminhos. São Paulo: Ltda, Edgard Blücher, 2016.
6. CRESCENCIO, R. Educação Especial: Análise e caracterização das salas de recursos multifuncionais no ensino fundamental 1 no município de Aracruz- Espírito Santo. [s.l.] Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019.
7. FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. 2009.
8. KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma Visão Geral. Revista Brasileira Psiquiátrica, v. 28, n. I, p. 3–11, 2006.
9. LEMOS, E. L. DE M. D. et al. Concepções de Pais e Professores sobre a Inclusão de Crianças Autistas. Fractal: Revista de Psicologia, v. 28, n. 3, p. 351–361, 2016.
10. LEMOS, E. L. DE M. D.; NUNES, L. DE L.; SALOMÃO, N. M. R. Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 1, p. 69–84, 2020.

11. LEMOS, E. L. DE M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de Crianças Autistas: Um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 1, p. 117–130, 2014.
12. LUZ, M. S. DA; GOMES, C. A.; LIRA, A. Narrativas sobre a Inclusão de Autista : Desafios à Prática Docente uma Criança. *Educación*, n. 511, 2017.
13. MACHADO, F. P. et al. Questionário de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil: Avaliação da Sensibilidade para Transtornos do Espectro do Autismo. *Audiology - Communication Research*, v. 19, n. 4, p. 345–351, 2014.
14. MISQUIATTI, A. R. N. et al. Sobrecarga Familiar e Crianças com Transtornos do Espectro do Autismo: Perspectiva dos Cuidadores. *Revista CEFAC*, v. 17, n. 1, p. 192–200, 2015.
15. SCHWARTZMAN, J. S. Conheça Métodos Mais Utilizados no Tratamento de Pessoas com Autismo. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/quadros/autismo-universo-particula...etodos-mais-utilizados-no-tratamento-de-pessoas-com-autismo.html>>.
16. SENADO, A. Publicada Lei que Inclui Dados Sobre o Autismo no Censo Demográfico. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/19/publicada-lei-que-inclui-dados-sobre-o-autismo-no-censo-demografico>>.
17. SETÚBAL, J. L. E. A importância do Tratamento Precoce. Disponível em: <<https://autismoerealidade.org.br/2020/01/29/a-importancia-do-tratamento-precoce/>>.
18. TEIXEIRA, G. Manual do Autismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Seller, Best, 2016.
19. VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A. Autismo: Guia Essencial para Compreensão e Tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019.